

SUJEITOS EM VULNERABILIDADE SOCIAL: CORPOS “ASEMATIZÁVEIS”

Rose Méri Santos da Silva
Méri Rosane Santos da Silva

RESUMO

Esse trabalho problematiza o processo de construção dos discursos que nomeiam e constituem determinadas crianças e/ou adolescentes como sujeitos em vulnerabilidade social e os efeitos produzidos. Tem como corpus de análise os documentos que implementaram os ASEMA (Apoio Sócio Educativo em Meio Aberto) e uma fundamentação teórica pautada nos pressupostos de Michel Foucault. Metodologicamente foram colocadas em operação algumas ferramentas da genealogia. Percebeu-se que essas múltiplas práticas discursivas são construções históricas e culturalmente estabelecidas, que nomeiam os sujeitos demarcados como asematizáveis, constituindo-se como biopolíticas operadas no sentido de controlar a população e gerenciar os riscos gerados por eles.

Palavras-chaves: Vulnerabilidade social. Sujeito. Discurso.

RESUMEN

Ese trabajo problematiza el proceso de construcción de los discursos que nombran y constituyen determinados niños y/o adolescentes como sujetos en vulnerabilidad social y los efectos producidos. Posee como corpus de análisis los documentos que han implementado los ASEMA (Apoio Sócio Educativo em Meio Aberto) y una fundamentación teórica pautada en los presupuestos de Michel Foucault. Metodológicamente fueron puestas en operación algunas herramientas de la genealogía. Se ha percibido que esas múltiples prácticas discursivas son construcciones históricas y culturalmente establecidas, que nombran los sujetos demarcados como “asematizáveis”, se constituyendo como biopolíticas operadas en el sentido de controlar la población y gerenciar los riesgos generados por ellos.

Palabras clave: Vulnerabilidad Social. Sujeto. Discurso.

ABSTRACT

This paper discuss the process of construction of discourses that constitute and appoint certain children and / or adolescents as subjects in social vulnerability and the effects. Its corpus analysis of the documents that have implemented the ASEMA (Support Partner in Education Open Environment) and a theoretical foundation based on the assumptions of Michel Foucault. From the methodological point of view, were put into operation some tools of genealogy. It was noticed that these discursive practices are numerous historical buildings and culturally determined, which are the subject names and demarcated as asematizáveis, becoming as biopolitics operated to control the population and manage the risks generated by them.

Key words: Social Vulnerability. Subject. Speech.

I – INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo problematizar o processo de constituição de determinadas crianças e/ou adolescentes, constituídos a partir de práticas discursivas que os nomeiam como sujeitos em vulnerabilidade social e os produzem enquanto “asematizáveis”, assim como os efeitos produzidos por essas práticas discursivas, dentro do contexto em que estão inseridos, em especial àquelas vinculadas à Educação Física.

Nessa perspectiva investi em uma fundamentação teórica pautada nos pressupostos de Michel Foucault, como norteador do presente trabalho, mesmo reconhecendo em seus princípios um solo absolutamente instável e permeável. Mas foi esse o meu encanto com o referido autor, pois sua teoria e seus fundamentos não se assumem enquanto instâncias acabadas, detentoras de verdades únicas e absolutas,

não tomando nada por fixo ou garantido, portanto, seu método ensina a considerar as experiências historicamente singulares, referidas ao objeto que investigamos: nelas nos defrontamos não mais com as coisas em si, mas com produtos do discurso, um discurso que se transforma, pois que está vivo em multiplicadas lutas, em inúmeros jogos de poder (FISCHER, 1996, p. 45-46).

Saliento que a trama constitutiva dessa investigação foi se compondo e se engendrando a partir da necessidade de compreender o emaranhado constituinte do meu cotidiano como professora de Educação Física, assim como de me entender dentro dele. Assumi como princípio metodológico utilizar-me de algumas ferramentas da genealogia, pois através delas vi a possibilidade de respeitar e reconhecer os elementos constituintes do presente trabalho, pois elaborar uma escrita acadêmica “se torna ainda mais complicado quando o tema a ser tratado está muito arraigado à própria trajetória do pesquisador e é tida como cláusula pétrea do campo ao qual ele é filiado” (FRAGA, 2005, p. 20).

Revel (2005, p. 52) aponta que “o enfoque genealógico não é (...) um simples empirismo, ‘nem tampouco um positivismo, no sentido habitual do termo’”. Segundo a referida autora ele é “uma tentativa de desassujeitar os saberes históricos, isto é, de torná-los capazes de oposição e de luta contra ‘a ordem dos discursos’; isso significa que a genealogia não busca somente no passado a marca de acontecimentos singulares, mas que ela se coloca hoje a questão da possibilidade dos acontecimentos”.

Para isso, adotei como corpus¹ de análise os documentos que regulamentam essas instituições conhecidas como ASEMA (Apoio Sócio Educativo em Meio Aberto), locais esses distribuídos em sete regiões periféricas de Pelotas (RS). Saliento que esses núcleos são de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Pelotas, especificamente vinculados à Secretaria de Cidadania, sendo que lá desempenhei, durante o período de 2000 a 2005, a função de Técnica em Educação Física.

¹ Aqui corpus de análise deverá ser entendido como “um conjunto de textos associados a inúmeras práticas sociais”, considerando-se ainda que “esses textos não seriam realidades mudas, as quais, por um trabalho de interpretação e análise, seriam despertas, revelando sentidos escondidos, palavras talvez nunca faladas, as quais seriam orientadas por uma certa iluminação teórica definidora do que realmente diriam os ditos”. Eles serão vistos e entendidos na “sua materialidade pura e simples de coisas ditas em determinado tempo e lugar” (FISCHER, 2002, p. 43).

É nesse sentido que farei um apanhado geral dos elementos que constituíram o presente trabalho, mas não tentando estabelecer um ponto de origem, ou mesmo de fixar um acontecimento a uma época determinada, mas, isso sim, na busca de entender como os fatos e as coisas foram se constituindo e compondo a presente investigação. Inicialmente descrevi os caminhos percorridos até chegar à proposta de trabalho, ou seja, apresentei o contexto em que o presente trabalho foi elaborado, bem como problematizei algumas temáticas, a partir de uma perspectiva foucaultiana, como a questão da constituição do sujeito, o papel adotado pelo discurso, a concepção assumida pela temática do poder e suas relações, assim como o tratamento que Foucault dá a questão do documento. Ressalto, ainda, que esses princípios não são os únicos, nem tomados a priori, mas, isso sim, aqueles que foram se estabelecendo como balizadores iniciais, ou seja, que se constituíram como necessários para formar um solo conceitual, a partir do qual foi se construindo a próxima etapa, em que adentrei na análise do universo documental.

Ao iniciar a leitura dos documentos olhei, em um primeiro momento, a massa documental sob a ótica da construção dos discursos que nomeiam e constituem determinadas crianças e/ou adolescentes como em vulnerabilidade social para, em um segundo momento, adentrar nos caminhos em torno da organização de instituições governamentais para atender a essa parte da população constituída como asematizáveis.

Analisei as Constituições Brasileiras, para compreender como se estabeleceu, em nível da legislação oficial do país, a construção dos discursos que se referem às crianças e/ou adolescentes necessários de proteção e que atualmente passaram a ser identificados como em vulnerabilidade social. Ao percorrê-las observei que não existe nelas nenhuma citação ao termo vulnerabilidade social, sendo que as referências que se fazem presentes, em relação à nomeação de crianças e/ou adolescentes, quando passaram a existir, se estabeleceram de uma maneira bastante generalizante e mais no sentido de torná-las produtivas, seja no sentido de produção nos moldes capitalistas, ou mesmo, na perspectiva de evitar qualquer desestabilização do contexto social vivido.

Após adentrei nas documentações infra-constitucionais, de onde foram surgindo alguns elementos que passaram a ser analisados, tais como os discursos marcando e objetivando uma determinada parcela da população como “menores abandonados”, assim como a forma de aproximar, categorizar, padronizar e associar a questão da pobreza infantil com os desvios de condutas.

Nesse processo, cheguei às legislações relacionadas com o campo da Assistência Social, que receberam um destaque especial para esse trabalho, pois foram nelas, em especial nos documentos que regulamentam o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que surgiu pela primeira vez uma legislação fazendo uso da terminologia vulnerabilidade social.

Dentro desse contexto, passei a problematizar a questão da vulnerabilidade social, colocados na ordem de um discurso que foi sendo produzido e modificado ao longo da história, assumindo diversas designações e sentidos que vão desde o vínculo com o campo da advocacia internacional, adquirindo um papel importante junto à área da saúde, mais especificamente junto às pesquisas sobre o HIV/Aids, até ser adotado como uma instância relacionada com as condições sócio-econômicas.

Observei que essas práticas discursivas geram como efeito uma série de estratégias, tais como a implementação de instituições, estabelecidas no sentido de administrar e gerenciar tanto os indivíduos quanto as populações, que se formam a partir desse “espectro” do risco e/ou da vulnerabilidade social. Surge também um outro

elemento a ser destacado, que é a implementação de instituições, tais como os ASEMA, que se configuram em estratégias de governo para controlar, gerenciar tanto os indivíduos como as populações envolvidas.

A partir daí passei a examinar a construção desse processo de institucionalização de crianças e/ou adolescentes, que estão ou que representam risco para a sociedade. Constatei que no Brasil, essas políticas sociais que geram instituições assistenciais mantidas pelo Estado foram sendo produzidas desde o período de colonização, passando também por diversas modificações e exercendo diferentes funções, até chegar aos dias de hoje com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8069/90, que faz legalmente, pela primeira vez, referência aos ASEMA. Desta forma passei a problematizar os ASEMA de Pelotas, buscando compreender seus elementos constitutivos, assim como todas as condições de possibilidades que os rodeiam.

02. DOS CAMINHOS PERCORRIDOS À PROPOSTA DE TRABALHO

Considero que uma realidade não é algo estabelecido, acabado, pronto para ser desvelado, seja através de uma pesquisa científica ou de qualquer outra forma de análise. O que constitui os fatos e as coisas tais como elas são, está diretamente ligado com a forma como as vemos e pensamos, do olhar que lançamos e também do momento histórico em que elas se compõem, enfim, de toda uma perspectiva teórico-prática que serve de balizador, de norteador para um caminho que se constrói nele mesmo.

Considero que teoria e prática são instâncias que se justificam e não se separam jamais. “A teoria não expressará, não traduzirá, não aplicará uma prática; ela é uma prática. Mas local e regional, (...) não totalizadora” (FOUCAULT, 1993, p.71). Refiro-me, então, não a existência de uma prática, mas, isto sim, a práticas diversas, concretas, históricas, temporais, que foram se construindo e balizando este estudo.

Destaco ainda que essas práticas devam ser entendidas como modos de pensar, de agir, passando a ser constituidoras dos objetos e dos sujeitos a que se referem. Foi dessa forma que esse trabalho foi se edificando, a partir de minhas vivências profissionais em instituições denominadas ASEMA, que em Pelotas localizam-se em diferentes bairros, mas principalmente naqueles que integram os cinturões de miséria da cidade. Núcleos esses que se destinam a trabalhar com crianças e jovens, na faixa etária de sete a quatorze anos, de ambos os sexos, caracterizados como em vulnerabilidade social.

Foi no sentido de compreender a constituição dos fatos, das coisas e dos elementos que compunham a realidade em que me encontrava inserida, analisado à luz dos referenciais teóricos de Foucault, que passei a problematizar alguns de seus componentes. Minha busca estabeleceu-se no sentido de extrapolar a questão de emitir qualquer tipo de avaliação, de enquadramento de certo ou errado, mas tentando, isto sim, conhecer, “não rir, não lamentar, nem detestar, mas compreender!” (NIETZSCHE, 1979, p. 170), buscando sempre mais do que qualquer coisa, ser capaz de lançar um olhar sobre as realidades apresentadas.

Nesse contexto emergiram algumas questões como: Por que foram criados esses núcleos? Como foram organizados? Como viviam, e, principalmente, quem eram esses sujeitos narrados como vivendo em vulnerabilidade social? Sob qual solo conceitual se estabeleciam esses discursos que naturalizavam a existência de sujeitos tidos como vulneráveis sociais?

É nesse cenário, assim como dos imbricamentos que foram surgindo com os sentidos percebidos por mim em relação aos pressupostos teóricos de Foucault, é que assumi como questão de pesquisa analisar os documentos que regulamentam os

ASEMA, no sentido de compreender os processos de subjetivação desses sujeitos em situação de vulnerabilidade social e os efeitos produzidos no contexto social em que estão inseridos, em especial as implicações para a Educação Física. Mas, algumas demarcações foram se constituindo enquanto balizadoras para estabelecer o envolvimento da temática do presente trabalho com o pensamento foucaultiano.

Dentre elas gostaria de destacar o tratamento que Foucault dá a questão do documento, que dentro da história era tratado como algo que buscava reconstituir o passado de onde emanavam, ou seja, através deles indagava-se não apenas o que queriam dizer, mas se diziam a verdade. Em uma perspectiva foucaultiana, o documento passa a ser trabalhado em seu interior, ou seja, não mais como uma matéria inerte através da qual a história tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros. Sendo assim, o que se procura definir, através do próprio tecido documental, são unidades, conjuntos, séries, relações (FOUCAULT, 2002 p. 07). Fischer (2002, p. 40) destaca ainda, que Foucault é rigorosíssimo no tratamento dos documentos, mas também é um exemplo da flexibilidade de pensar e refazer as próprias afirmações.

Outros elementos que se evidenciaram, como norteadores para o imbricamento desse trabalho com uma perspectiva foucaultiana, foi a questão da constituição do sujeito, o papel adotado pelo discurso, entendido como uma prática geradora de efeitos, assim como a concepção assumida pela temática do poder e suas relações.

Ressalto, como imprescindível, o entendimento que esses princípios não são os únicos, nem tomados a priori, mas, isso sim, àqueles que foram se estabelecendo como balizadores iniciais nesse cenário construído, sendo que, com o decorrer das minhas andanças, muitos outros foram surgindo e sendo problematizados.

Em relação à questão dos discursos, Foucault (2002, p. 56) ressalta que eles não são mais considerados como um puro e simples entrecruzamento de coisas e de palavras, uma estreita superfície de contato ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o imbricamento entre um léxico e uma experiência. Não mais podem ser considerados como um conjunto de signos, “mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (Ibid).

Nesta perspectiva, discurso é concebido como uma prática social, ele passa a ser exatamente aquilo que está na sua superfície, ou seja, o que é efetivamente dito e produzido. Dessa forma, podemos considerar que “em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 1993, p.08).

Ainda segundo o referido autor, a constituição e a significação das coisas, dos sujeitos e do mundo é que nos permite entender a realidade social não como algo dado, natural, mas como efeito de um discurso. Sendo assim, cada sociedade apresenta o que Foucault chama de regime de verdade, sua política geral de verdade, isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.

Nesta temática, Foucault trabalha com um entendimento de verdade não como coisas a descobrir ou a fazer aceitar, mas como “o conjunto de regras segundo as

quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro, efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 1993, p. 180). Segundo o autor “a verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados pelo poder”, assim sendo, “a verdade não existe fora do poder ou sem o poder”(ibid, p. 12), para ele “somos submetidos pelo poder à produção de verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção da verdade. Isso é verdadeiro em toda sociedade, mas acho que na nossa essa relação entre poder, direito e verdade se organiza de um modo muito particular”. (FOUCAULT, 2005 p. 29).

Surge aqui outro elemento a ser destacado como balizador para o envolvimento do presente trabalho com o referencial teórico de Foucault, que é a temática do poder. A concepção adotada pelo referido autor refere-se ao poder como uma instância que “produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (Ibid, p. 08). Segundo Machado, para Foucault não existe uma teoria geral e unificadora de poder, sendo que, em suas análises, ele não considera

o poder como uma realidade que possua uma natureza, uma essência que ele procuraria definir por suas características universais. Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente. (MACHADO, 1993 p. X)

Compreendido dessa forma, poder é “uma ação sobre ações” (FOUCAULT, 1995, p. 240). Aqui, ele não constitui uma instância negativa, que tem por objetivo reprimir, assim como, seu exercício, também não obriga os outros a fazerem o que se quer, ou mesmo a obedecerem a um governante. Ele deve ser tomado como uma instância produtiva, ou seja, devemos “considerá-lo entre as práticas divisoras que transformam os seres humanos em sujeitos, onde ele se relaciona direta e imediatamente com aquilo que podemos chamar provisoriamente de seu objeto, seu alvo ou campo de aplicação, quer dizer, onde ele se implanta e produz efeitos reais” (FOUCAULT, 1993, p. 182).

Conforme Foucault (1993, p. 183), o indivíduo não é o outro do poder ele é um de seus primeiros efeitos de poder. Além disso, o autor destaca que esse mesmo sujeito é o centro de transmissão do poder, ou seja, o poder é difundido através do indivíduo que ele constituiu.

Respeitando essa idéia de fluidez, de constituição temporal das coisas, dos sujeitos e dos objetos, assim como o papel determinante do discurso e do poder nesse contexto, é que a problemática da constituição dos sujeitos, a partir dos discursos que narram e demarcam algumas crianças e/ou adolescentes como em situação de vulnerabilidade social. Estabeleço essa relação entre a constituição do sujeitos vulneráveis sociais e o referencial foucaultiano, pois foram os processos de constituição dos sujeitos o objetivo central de suas obras, ou seja, o projeto do autor foi “criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos” (DREYFUS e RABINOW, 1995, p. 231).

03. ADENTRANDO NO UNIVERSO DOCUMENTAL

Ao iniciar a leitura dos documentos senti necessidade de olhar, em um primeiro momento, a massa documental sob a ótica da construção dos discursos que nomeiam e constituem determinadas crianças e/ou adolescentes como em vulnerabilidade social para, em um segundo momento, adentrar nos caminhos em torno dos efeitos gerados por esses discursos, ou seja, na organização de instituições governamentais para atender a essa parte da população constituída como asemantizáveis.

Com isso, não quero, de forma alguma, estabelecer uma separação ou um isolamento entre essas duas instâncias, pois as reconheço enquanto absolutamente envolvidas e dependentes. O que me proponho, ao operar com algumas ferramentas da genealogia, é extrair os enunciados que vão surgindo, a partir do olhar que vou lançando sobre os documentos em referência, ou seja, vou estabelecer o solo do presente em que esse trabalho se constituiu.

Saliento que, ao proceder dessa maneira, vou trabalhar com uma linearidade histórica que se manifesta somente no sentido de uma organização de apresentação do referido trabalho. Ressalto que não vou atrelar-me ao sentido tradicional da história, que supõe uma verdade como eterna, um ponto de partida (origem), que perpassa por todo o tempo, como se fosse à procura da “essência exata da coisa, sua mais pura possibilidade, sua identidade cuidadosamente recolhida em si mesma, sua forma imóvel e anterior a tudo o que é externo, acidental, sucessivo. (...) Procurar por tal origem é tentar reencontrar ‘o que era imediatamente’, ‘o aquilo mesmo’ de uma imagem exatamente adequada a si (...); é querer tirar todas as máscaras para desvelar enfim uma identidade primeira”. (FOUCAULT, 1993, p. 17).

Nesse sentido, fui a busca das Constituições Brasileiras, para compreender como se estabeleceu, em nível da legislação oficial do país, a construção dos discursos que se referem às crianças e/ou adolescentes necessários de proteção e que atualmente passaram a ser identificados como em vulnerabilidade social. Ao analisar essa massa documental, observa-se que não existe nenhuma citação ao termo vulnerabilidade social, sendo que as referências que se fazem presentes, em relação à nomeação de crianças e/ou adolescentes, quando passaram a existir, se estabeleceram de uma maneira bastante generalizante e mais no sentido de torná-las produtivas, sejam no sentido de produção nos moldes capitalistas, ou mesmo, na perspectiva de evitar qualquer desestabilização do contexto social vivido.

O processo seguinte foi observar as documentações infra-constitucionais, ou seja, àqueles dispositivos e leis que implementam as constituições, tentando explicitar a maneira como os discursos ali presentes nomeavam essa parcela da população como em situação de vulnerabilidade social.

Inicialmente me reportei ao Código de Menores (Decreto 17947/27), considerado como o primeiro documento legal voltado ao atendimento da população menor de 18 anos, editado no Brasil, em 1927. Nesse documento, a terminologia utilizada para caracterizar essas crianças e/ou adolescentes era a de “menores abandonados”. Salienta-se, ainda, que o referido documento nomeava como abandonados não somente àqueles que fossem submetidos a situações desfavoráveis, mas também a todos que desempenhassem comportamentos ou atitudes tidas como anormais para os padrões da época.

Já em 1979, teremos a implementação da Lei 6697/79 que altera o Código de Menores e que introduziu o conceito de “menor em situação irregular”. Mesmo com a mudança de nomenclatura, de menores abandonados para menores em situação irregular, vê-se que se mantém uma objetivação de determinado grupo de menores e/ou

adolescentes, assim como o imbricamento entre a noção de pobreza, questões comportamentais e de violência.

Somente foi possível identificar outras indicações legais que se referissem a nomear crianças e/ou adolescentes em vulnerabilidade social nos documentos relacionados ao campo da Assistência Social. De todas as profundas mudanças que se efetivaram, no campo da Assistência Social, nesse período, no Brasil, destaca-se como relevante para esse trabalho, a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), datado de março de 2005, pois é nele que vamos encontrar uma legislação trazendo pela primeira vez a terminologia “vulnerabilidade social”. Observa-se, assim, a utilização dessa terminologia, que mesmo não estando presente em nenhuma constituição brasileira, passa a fazer parte do cotidiano da população, assim como a ser recorrente em diversas legislações, principalmente, após a década de 80, absorvendo-a da área da saúde, quando foi amplamente utilizada com relação ao HIV/Aids.

Mas, para que esse processo de constituição do vocábulo vulnerabilidade, e mais especificamente da expressão vulnerabilidade social, seja compreendido, faz-se necessário “esmiuçar” o processo de constituição dos mesmos.

Vulnerabilidade é a “qualidade de vulnerável”, sendo que o termo significa “suscetível de ser ferido ou atacado; diz-se do ponto por onde uma pessoa pode ser atacada ou ferida”. (CARVALHO e PEIXOTO, 1972, p. 1054). Partindo dessa conceituação inicial, vamos perscrutar um pouco das andanças, ao longo do tempo, para tentar compreender os caminhos percorridos pelo referido tema, até assumir a dimensão e os sentidos utilizados em nossos dias.

Em princípio, sua utilização está atrelada à área da advocacia internacional, posteriormente, vamos assistir uma potencialização, bastante significativa, no emprego do conceito de vulnerabilidade, ao estabelecer seu vínculo com as análises na área da saúde e, mais especificamente, das pesquisas sobre o HIV/Aids.

É nessa perspectiva que vemos surgir um outro aspecto de grande relevância nesta discussão, que é o envolvimento da noção de risco com a temática da vulnerabilidade. Somente a partir do final da década de 90 é que encontramos referências à questão da vulnerabilidade social, mas ainda relacionada à Aids e às chances de exposição das pessoas ao adoecimento.

Adentrando um pouco mais no universo conceitual do vocábulo vulnerabilidade, encontrar-se-á relações com outras temáticas, como a pobreza, a fome, o crime e a violência. Dentro desse contexto, vai se esboçando uma trajetória da expressão vulnerabilidade social, percorrendo caminhos que vão desde o vínculo com a questão do direito internacional, penetrando na área da saúde e da temática da Aids/HIV, até adentrar pelas vias das condições sócio-econômicas. Saliento que essa conceituação, ainda hoje, é muito mutável e, assim sendo, muitas vezes, fica difícil definir as frágeis linhas demarcatórias que delimitam seus campos de abrangência e seus limites.

Nos últimos anos ocorreu uma aproximação da questão da vulnerabilidade social com uma reflexão voltada às condições sócio-econômicas, passando, assim, a ser assumida pelas políticas públicas adotadas pelo Estado. Mas, os múltiplos discursos, produzidos em torno da temática da vulnerabilidade social, mantêm como ponto em comum a questão da ameaça, do medo, assim como da necessidade de controle e gerenciamento das situações consideradas como de riscos.

É assim que são produzidas uma série de estratégias, de dispositivos e de mecanismos múltiplos, tais como a implementação de instituições, estabelecidas no

sentido de administrar e gerenciar tanto os indivíduos como as populações, que se formam a partir desse “espectro” do risco e/ou da vulnerabilidade social.

Mas é importante destacar que esses processos de organização de instituições governamentais para atender àquelas crianças e/ou adolescentes que estão em risco ou mesmo que representam um risco para a sociedade, foram produzidos como efeitos de práticas discursivas construídas historicamente, ou seja, a institucionalização dessa parcela da população criada a partir dos discursos que nomeiam e caracterizam determinada parcela da população como submetidas ou mesmo que submetem outras pessoas a situações de risco social, não é um fenômeno social, a-temporal ou mesmo a-histórico, mas ele deve ser entendido como resultado de práticas discursivas que também tem toda uma trajetória de construção histórica e cultural.

No Brasil, os primeiros registros do desenvolvimento de políticas sociais que geraram a criação de instituições assistenciais, implementadas e mantidas pelo Estado, tem início com a própria colonização. Segundo Marcílio (1997, p 145) as primeiras instituições de proteção à infância desvalida só surgiram no século XVIII, foram elas as Rodas de Expostos e os Recolhimentos para Meninas Pobres.

Com a aprovação do Código de Menores, ou Código de Melo Mattos, em 1927, definia-se um novo projeto jurídico e institucional, mas somente a partir de 1929 é que foi abolido o anonimato, proporcionado pelo sistema de rodas, passando a ser implantada a admissão aberta. Destaca-se aqui a mudança de tratamento dado pelo governo para o abandono, ou seja, essa prática, até então absolutamente aceita na sociedade, passou, a partir de então, a ser condenada e tratada como crime. Dessa forma, com a identificação e a conseqüente criminalização dos responsáveis pelo abandono ocorre uma mudança de foco, em relação a quem deve ser protegido, ou seja, até aqui todas as ações governamentais eram no sentido de preservar e proteger àqueles que abandonavam. A partir de agora, com o aumento indiscriminado do número de crianças abandonadas, constrói-se uma ação governamental no sentido de conter e gerenciar essa situação, ou seja, o governo passou a proteger os abandonados e a atribuir o tratamento de crime àqueles que abandonavam, fazendo assim com que diminuíssem as taxas de abandono.

Em 1942 temos a criação do Serviço de Assistência ao Menor, conhecido como SAM, que funcionava como um equivalente ao sistema penitenciário para a população menor de idade. Permanece o tratamento generalista e padronizante que vinculava a pobreza com àqueles praticantes de atos infracionais. No início dos anos 60, o papel do SAM começa a ser questionado, tanto que ficou conhecido popularmente como “Sem Amor aos Menores”, passando a ser considerado repressivo, desumanizante e reconhecido como “universidade do crime” ou “sucursal do inferno” (LORENZI, 2003).

Na área das políticas sociais voltadas à infância, esse período foi marcado por um caráter compensatório, tendo como prerrogativa à busca constante pela diminuição da insatisfação popular e pelo arrefecimento das tensões sociais. Em dezembro de 1964 é criada a FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor), que tinha como forma de ação a internação, tanto dos abandonados e carentes como dos infratores, tratando todos como menores. Em 1990 foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei nº 8.069/90, que extinguiu a FUNABEM (MARCÍLIO, 1998 p.227).

Dentre as muitas inovações introduzidas pelo ECA gostaria de destacar a diferenciação do tratamento previsto para as crianças e/ou adolescentes em vulnerabilidade social e os praticantes de atos infracionais. Destaca-se também o fato

que essa lei faz, pela primeira vez, referência aos ASEMA (apoio sócio-educativo em meio aberto). Sendo assim, torna-se necessário mencionar algumas considerações quanto a esse tipo de política de atendimento, ou seja, é com a sua implementação que se opera uma tecnologia política de governo, denominada de panoptismo, que é caracterizada por Foucault (2005, p. 103) como sendo um tipo de poder que se exerce sobre os indivíduos através da vigilância individual e contínua, na forma de controle, de punição e recompensa, assim como pela correção, isto é, por meio da formação e transformação dos indivíduos em função de certas normas.

É à luz dessas considerações e tentando compreendê-las em operação, que se faz importante lançar um olhar sobre os ASEMA de Pelotas, pois foi através da vivência do cotidiano dessas instituições que se desencadeou todo o processo de elaboração do presente trabalho e, além disso, por considerá-las, juntamente com os discursos documentais, como produtoras desses sujeitos em vulnerabilidade social. Mas, saliento que minha intenção aqui não é tratar do fenômeno da constituição dessas instituições, mas isso sim compreender os saberes, os poderes, enfim, os dispositivos acionados para produzir esses sujeitos asematizáveis.

Ao adentrar um pouco mais na análise dos documentos de implantação dos ASEMA de Pelotas, vê-se como constante a presença de algumas práticas discursivas veiculadas no sentido de demarcar claramente a existência de uma categoria, que é a da criança e do adolescente em vulnerabilidade social.

Também se pode perceber em ação uma série de estratégias exercidas no sentido de tornar produtivos esses sujeitos demarcados como em situação de vulnerabilidade social, seja na perspectiva de incluí-los em uma cadeia social baseada no mundo do trabalho ou mesmo na perspectiva de evitar padrões de comportamento que venham a infringir qualquer risco de desestabilizar a ordem social. Destaca-se aqui a presença marcante da questão da prevenção na forma de atuação dessas instituições, reportando-se novamente ao panoptismo, como tecnologia de governo, visto que, esse caráter preventivo “permite intervir a cada momento e a pressão constante age antes mesmo que as faltas, os erros, os crimes sejam cometidos” (FOUCAULT, 2005 p. 170).

Temos, então, a atuação de poderes diversos, que interagem no cotidiano desses ASEMA, definindo saberes, competências, atuações, relações de poderes essas que se entrecruzam, e, mais do tudo isso, produzem sujeitos determinados como em vulnerabilidade social.

Outro fator a ser destacado nesse exercício de poder é a questão de que eles são implementados no sentido de adestrar e de disciplinar os assistidos, constituindo-os enquanto sujeitos asematizáveis, ou seja, as crianças e/ou adolescentes nomeadas como em vulnerabilidade social só usufruirão das vantagens oferecidas pelos ASEMA se agirem segundo as regras, os padrões de comportamento estabelecidos, enfim, se eles se submeterem a todo um processo de disciplinarização.

Surge aqui uma das formas de tecnologia de poder bastante relevante de ser enfatizado, que é a questão da disciplina tomada como uma instância produtiva, ou seja,

² Panoptismo é um termo utilizado por Foucault, em homenagem ao panóptico de Bentham, que era uma prisão, construída de uma forma circular, em que a vigilância sob os presos era feita através de uma visibilidade extrema, ou seja, todos os detentos tinham suas celas de onde pudessem ser vistos de frente pelo vigia (colocado em uma torre central), mas não tinham contato com seus companheiros, pois existiam muros laterais. Nesse modelo prisional a vigilância era permanente em seus efeitos, mesmo sendo descontínua em suas ações, ou seja, não era necessário que o prisioneiro seja constantemente vigiado, mas, isso sim, que ele se saiba vigiado. (FOUCAULT, 2005, 2007)

segundo Foucault (2005, p. 143), a “disciplina ‘fabrica’³ indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objeto e como instrumento de seu exercício” e é exatamente no corpo desses indivíduos produzidos, que esse poder-saber vai se manifestar. Para isso, faz-se necessário que o corpo seja cuidado no detalhe que haja um controle minucioso de suas operações, não simplesmente para que façam o que se quer, mas, para que operem como se quer.

Dentro dessa perspectiva, destaca-se o trabalho desenvolvido pelo técnico em educação física, que faz do corpo dos assistidos sua superfície de intervenção, pois como afirma Foucault (2007, p. 30), esse universo poder-saber forma um “corpo político”, ou seja, “um conjunto dos elementos materiais e das técnicas que servem de armas, de reforço, de vias de comunicação e de pontos de apoio para as relações de poder e de saber que investem nos corpos humanos e os submetem fazendo deles objetos de saber”.

Segundo Machado (1993, p. XIX), surge aqui uma das “teses fundamentais da genealogia: o poder é produtor de individualidade”, ou seja, as análises genealógicas mostram que o poder disciplinar, aquele que atua sobre o corpo, que faz o “adestramento do gesto, a regulação do comportamento, a normalização do prazer, a interpretação do discurso, com o objetivo de separar, comparar, distribuir, avaliar, hierarquizar, faz com que apareça pela primeira vez na história esta figura singular, individualizada – o homem – como produção do poder. Mas, também, e ao mesmo tempo, como objeto de saber”. Nesse sentido, o olhar genealógico nos reporta à questão do corpo, não como sede de instintos, desejos e sentimentos perenes ou como lugar de pura fisiologia; mas, isto sim, a noção de que “ele é formado por uma série de regimes que o constroem; ele é destroçado por ritmos de trabalho, repouso e festa; ele é intoxicado por venenos – alimentos ou valores, hábitos alimentares e leis morais simultaneamente” (FOUCAULT, 1993, p.27).

Sendo assim, após observar toda a trama constitutiva do presente trabalho passo a compreender as instituições ASEMA e todas as condições de possibilidades que os rodeiam, entre elas as práticas discursivas que nomeiam e constituem os sujeitos demarcados enquanto asematizáveis, como biopolíticas⁴ operadas no sentido de controlar a população e de gerenciar os riscos gerados por eles. Esses dispositivos são implementados para que se produzam e garantam a vida, para que se busque uma homeostase, um equilíbrio global, sempre no sentido de “fazer viver”. (FOUCAULT, 2005, p. 291, 294).

04. EPÍLOGO

Constata-se que esses discursos, problematizados aqui a partir dos documentos que regulamentam os ASEMA, são empregados para nomear uma parcela determinada da população como em vulnerabilidade social, operando como práticas discursivas que têm efeitos diversos no processo de constituição desses sujeitos asematizáveis, assim como vinculando sua existência a partir da necessidade de proteção e atendimento, justificando a implementação dessas instituições.

Temos em ação a associação de determinados fatores que põem em funcionamento uma tecnologia de poder que se dirige não somente ao homem-corpo,

³ Grifo do autor

⁴ Segundo Revel (2005, p. 26) “o termo ‘biopolítica’ designa a maneira pela qual o poder tende a se transformar, entre o fim do século XVIII e o começo do século XIX, a fim de governar não somente os indivíduos por meio de um certo número de procedimentos disciplinares, mas o conjunto de viventes constituídos em população.”

como no poder disciplinar, mas a multiplicidade dos homens, ao homem espécie, que não é individualizante, mas massificante. É o que Foucault (2005, p. 289, 292) chama de biopolítica da espécie humana, que lida com um novo corpo, múltiplo, “com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável”, é a noção de população que aparece nesse momento.

O referido autor salienta, ainda, que essa outra tecnologia de poder, caracterizada como biopolítica da espécie humana, introduz a noção de população, surgida na segunda metade do século XVIII, não excluindo a tecnologia do poder disciplinar, mas “a embute, a integra, a modifica parcialmente e que, sobretudo, vai utilizá-la implantando-se de certo modo nela, e se incrustando efetivamente graças a essa técnica disciplinar prévia” (ibid. p. 288, 289). Dessa forma, essa noção de biopolítica populacional introduz um outro campo de intervenção, operado por mecanismos muito sutis que levam em conta tanto uma regulamentação do homem enquanto espécie, como a regulação da conduta de cada indivíduo, ou seja, visam uma governamentalidade dessas pessoas e da população em geral.

É o que podemos observar no cotidiano dos ASEMA de Pelotas, através dos critérios de ingresso, das normas de condutas que tem que serem obedecidas, do disciplinamento dos corpos, assim como dos próprios profissionais definidos, a partir de áreas de saberes específicos, como os responsáveis pelo controle e bom funcionamento dos referidos núcleos, ou seja, todas essas estratégias exercidas são biopolíticas encarregadas de produzir e gerir a vida dessas pessoas tidas como asematizáveis.

Sendo assim, ao dar por encerrada essa etapa, vislumbro a necessidade de, a partir desse ponto em que me encontro, investir por outros caminhos que me possibilitem retornar às temáticas da Educação Física e, mais especificamente, do esporte. Dentre as muitas possibilidades ressalto a questão de problematizar os efeitos produzidos por esses discursos da vulnerabilidade social nas políticas públicas de esporte, tentando lançar um olhar sobre a condição dessas crianças e/adolescentes em vulnerabilidade social e seus corpos esportivizáveis.

05. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUENO, Silveira. Minidicionário da língua portuguesa São Paulo : FTD, 1989.
- CORAZZA, Sandra Mara. Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). Caminhos Investigativos: novos olhares na pesquisa em educação. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002
- FONSECA, Marcio Alves da. Michel Foucault e a constituição do sujeito São Paulo : EDUC, 2003
- FOUCAULT, Michel. ____ Vigiar e Punir: nascimento da prisão 30 ed. Petrópolis, Vozes, 2007.
- ____ Microfísica do poder. 11.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- ____ As palavras e as coisas. 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- ____ Em defesa da sociedade: São Paulo: Martins Fontes, 1999^a
- História da sexualidade I, 1999b.
- GARCIA, Maria Manuela Alves. Pedagogias Críticas e Subjetivação, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- LORENZI, Gisella Werneck disponível no site da PRÓ-MENINO, Risolidaria. Fundação Telefônica, 2003. Disponível em: <http://www.risolidaria.org.br/> Acesso em: 18 Jan.2007
- NIETZSCHE, Friedrich. A gaia ciência, Caracas: Monte Ávila, 1979.

RESOLUÇÃO CNAS nº 130/2005, Norma Operacional do SUAS. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2006

SANCHES, Kátia Regina de Barros. A AIDS e as mulheres jovens: uma questão de vulnerabilidade, 1999. Disponível em <http://portaldes.cict.fiocruz.br/transf.php>. Acesso em: 24 fev. 2007

TRAVERSINI, Clarice Salette. Programa alfabetização solidária, o governo de todos e de cada um. Porto Alegre, Tese (dout.) Faced/PPGEDU/UFRGS.

VARELLA, Julia e ALVAREZ-URIA, Fernando. El Metodo Genealogico. Madrid: Universidad Complutense, mimeo, s/d.

Autora: Rose Silva

Professora de Educação Física do CAVG/UFPel

Endereço: Rua Casemiro de Abreu, 361- Bairro: Areal – Pelotas (RS)

rose.meri@terra.com.br

Co-Autora: Méri Silva

Docente da Fundação Universidade do Rio Grande, Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (meri.sul@terra.com.br).

Rua Barão de Santa Tecla, 634 – Centro – Pelotas (RS)

meri.sul@terra.com.br

NOTA: Solicito datashow, como tecnologia de apresentação do trabalho.